COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 9.025, DE 2017

Apensados: PL nº 9.026/2017 e PL nº 9.240/2017

Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

Autor: Deputado NILTO TATTO

Relator: Deputado DR. VICTOR LINHALIS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame visa a incluir alínea ao inciso II do artigo 4º e inciso no artigo 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, de dispositivos para incentivar, no âmbito das políticas nacionais de habitação de interesse social, a produção local de alimentos, por meio de projetos de agricultura urbana sustentável, baseados em técnicas agroecológicas.

Há dois projetos em apenso, do mesmo Autor.

O primeiro, PL 9.026/2017, busca alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre os instrumentos da política urbana, mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

O segundo, PL 9.240/2017, altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU.



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o principal e os dois apensos na forma de substitutivo que agrupa as previsões contidas nos três textos.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou os três projetos na forma do referido substitutivo.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Vêm agora à CCJC para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União, cabe ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se em lei e inexiste reserva de iniciativa.

Nada vejo no texto do projeto principal ou dos apensos que mereça crítica negativa deste colegiado no tocante à constitucionalidade. Quanto à juridicidade, igualmente nada a criticar negativamente.

Quanto à técnica legislativa, para a devida adequação do texto legal, entende-se que a inclusão do texto previsto no art. 3º do substitutivo do projeto de lei aprovado pela CAPADR, que insere o art. 82-E à Lei 11.977/2009, será mais bem alocado como novo inciso do art. 5º-A da referida lei, uma vez que nesse dispositivo estão elencados os requisitos que deverão ser observados para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU.

Portanto, com a devida alteração, os textos atendem ao previsto na legislação complementar sobre redação de normas legais.

Opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 9025/2017 (principal), 9026/2017 e 9240/17 (apensados), e do



substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, com a subemenda, em anexo, ao substitutivo.

Sala da Comissão, em de

Deputado DR. VICTOR LINHALIS Relator

de 2023.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.025, DE 2017

Apensados: PL nº 9.026/2017 e PL nº 9.240/2017

Altera as Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.257, de 10 de julho de 2001 e 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

SUBEMENDA N.

Dê-se ao artigo 3º do substitutivo ao projeto a seguinte redação:

"Art. 3° O art. 5°-A da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte inciso:

"V - provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável, baseados em técnicas agroecológicas, conforme regulamentação." (NR)

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS Relator



